http://journal.unoeste.br/index.php/ch
DOI: 10.5747/ch.2021.v18.h522
ISSN on-line 1809-8207

Colloquium Humanarum

Submetido: 08/07/2021 Correções: 03/12/2021 Aceite Final: 03/12/2021

O *BULLYING* NA SALA DE AULA: ANÁLISE DO CONHECIMENTO DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL PAULISTA SOBRE A LGBTFOBIA ESCOLAR

Gabriel Batista Mota

Mestrando em Educação na Universidade Estadual Paulista – PPGE/Unesp, Marília, SP. Aluno especial no curso do mestrado profissional em Educação Sexual na Universidade Estadual Paulista – PPGEduSex/Unesp, Araraquara. **ORCID ID:** https://orcid.org/0000-0001-7593-4789**. E-mail:** ogabrielmota@gmail.com

RESUMO
Este trabalho promove uma análise inicial, sobre o saber docente acerca da LGBTfobia presente dentro do sistema público de ensino, realizada com base nos dados adquiridos por meio de uma pesquisa *on-line* realizada no segundo semestre de 2019 com professores da rede estadual de São Paulo e que teve como objetivo investigar o nível de conhecimento destes profissionais sobre o *bullying* de caráter LGBTfóbico na esfera educacional paulista. Os recursos metodológicos empregados no levantamento de dados foram de natureza quantitativa e a fase de elaboração do presente artigo fez uso da qualitativa e bibliográfica. Como resultado, concluiu-se que os LGBTs compõem o principal grupo alvo de discriminação na escola pública de São Paulo, além do pouco conhecimento e habilidade dos docentes sobre os temas que envolvem as sexualidades e o preconceito na contemporaneidade brasileira.

Palavras-chave: LGBTfobia; *Bullying*; Educação brasileira; Experiência Docente; Rede Estadual Paulista.

THE BULLYING IN THE CLASSROOM: ANALYSIS OF THE KNOWLEDGE OF TEACHERS FROM THE SÃO PAULO STATE NETWORK ABOUT SCHOOL LGBTPHOBIA

Abstract: This work promotes an initial analysis, about the teaching knowledge about LGBTphobia present within the public education system, carried out based on the data acquired through an online survey conducted in the second half of 2019 with teachers from the state schools of the São Paulo and which aimed to investigate the level of knowledge of these professionals about LGBTphobic bullying in the educational sphere of São Paulo. The methodological resources used in the data collection were of a quantitative nature and the phase of preparation of this article made use of the qualitative and bibliographic. As a result, it was concluded that LGBTs are the main target group of discrimination in public schools of the state of São Paulo, in addition to the little knowledge and skill of teachers on issues involving sexualities and prejudice in contemporary's Brazil.

Keywords: LGBTphobia; Bullying; Brazilian education; Teaching Experience; Paulista State Network.

EL *BULLYING* EN EL AULA: ANÁLISIS DEL CONOCIMIENTO DE LOS DOCENTES DE LA RED DEL ESTADO DE SÃO PAULO SOBRE LA LGBTFOBIA ESCOLAR

Resumen: Este trabajo promueve un análisis inicial sobre el conocimiento docente sobre LGBTfobia presente dentro del sistema de educación pública, realizado a partir de los datos adquiridos a través de una encuesta en línea realizada en el segundo semestre de 2019 con docentes de las escuelas estatales del São Paulo y que tuvo como objetivo investigar el nivel de conocimiento de estos profesionales sobre el acoso LGBTphobic en el ámbito educativo paulista. Los recursos metodológicos utilizados en la recogida de datos fueron de carácter cuantitativo y la fase de elaboración de este artículo hizo uso de los cualitativos y bibliográficos. Como resultado, se concluyó que las personas LGBT son el principal grupo objetivo de la discriminación en las escuelas públicas de São Paulo, además del escaso conocimiento y habilidad de los docentes sobre los temas relacionados con la sexualidad y los prejuicios en el Brasil contemporáneo.
Palabras clave: LGBTfobia; *Bullying*; Educación brasileña; Experiencia en la enseñanza; Red Estatal Paulista.

INTRODUÇÃO

Uma pesquisa efetuada na América Latina no biênio 2015/2016 mostrou que 73% dos alunos com mais de 13 anos e que se identificavam como LGBTs sofriam constantemente algum tipo de LGBTfobia dentro do ambiente escolar (LIMA, 2017), este contexto se repete também no Brasil, quando a Universidade de São Paulo (USP), por meio de um outro levantamento específico aos brasileiros, evidenciou que 70% dos alunos da educação básica já foram humilhados de alguma forma apenas por sua suposta orientação sexual (MANSUR, 2014).

O *Bullying*, um tipo de importunação presente principalmente no ambiente escolar, embora já seja alvo de alguns estudos desde meados dos anos 1980, ainda apresenta importância atual e é definido por Fante (2005, p. 27) como o "[...] conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento [...]" principalmente com membros de um grupo entendido como minoria e, por isso, subjugados socialmente como inferiores, pecaminosos ou indecentes e que são frequentemente vítimas de ações preconceituosas para reafirmar o poder e superioridade do comportamento tido como dominante (NARDI, 2012).

Tendo em mente este cenário hostil no qual a escola brasileira também se insere, assuntos como a 'diversidade sexual', os 'LGBTs' e a 'LGBTfobia', oriundos dos estudos de sexualidades, são pautas delicadas e pouco abordadas dentro dos distintos níveis de ensino nacional (MOTA; FRANCISCO, 2018), não unicamente pela constante presença dos dogmas cristãos na comunidade escolar, mas também pelo fato de existir despreparo e desinteresse dos professores em abordar a questão dentro de suas salas de aula (MOTA; COIMBRA, 2021).

Quanto se aponta este vácuo na educação sobre a abordagem às diferenças, Altmann (2013, p.71) afirma que:

> A associação entre educação e diversidade sexual está inserida neste contexto de relações de poder instauradas a partir de produções discursivas e não discursivas sobre a sexualidade que, em outros momentos históricos, teve como atenção diferentes temas, como o onanismo, a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), a aids, as relações de gênero, a gravidez.

Vianna (2015, p. 797), por sua vez, também acrescenta que:

> No caso das demandas do movimento LGBT no âmbito das políticas públicas de educação, cabe enfatizar que elas foram precedidas por um longo processo de consolidação do movimento, cujas interlocuções foram inicialmente voltadas para a área da saúde, do combate à AIDS, que, aos poucos, somaram-se ao combate à homofobia e às agendas feministas.

Embora atualmente existam organizações e movimentos sociais que tentam fomentar o debate sobre o respeito e o preconceito, é preciso também transportar esta temática para dentro das instituições de ensino, de forma permanente e natural, porque é o local no qual ocorrem agressões, humilhações e violações às vezes validadas por estas escolas que não se posicionam contrárias a este tipo de comportamento preconceituoso (ALTMANN, 2013).

Assim, esta provocação também deve acontecer dentro da esfera educacional, já que o debate sobre políticas públicas, que em relação a estes assuntos são pouco lembradas, deve incluir também o respeito às diversidades e a compreensão da LGBTfobia (NARDI, 2012).

O autor (2012, p. 61) ainda completa ressaltando que:

> [...] mesmo sendo recente, pode-se afirmar que existe um movimento importante nas sociedades ocidentais – mais propriamente naquelas fundadas em uma matriz

> democrática e laica – de debate e implantação de programas e projetos de educação sexual que respeitem a diversidade. Podemos colocar de forma sintética que as condições contemporâneas para a emergência da inclusão de um debate em torno da diversidade sexual na educação (no contexto brasileiro) estão associadas à ação dos movimentos sociais LGBTTIQ (lésbico, gay, bissexual, transexual, transgênero/travesti, intersexual e queer), que se fortaleceram no Brasil na virada dos anos 1980/1990 em relação direta ou indireta com a epidemia da aids e com a redemocratização do país.

Pinho e Pulcino (2016) alertam que o debate sobre desconstruir a ideia de igualdade, no sentido de uniformidade, seria possível apenas se a sociedade não fosse pautada nas diversidades que, consequentemente, resultam na desigualdade que impede o acesso à segurança e ao respeito a todos(as).

As autoras (2016, p. 671) ainda reforçam esse pensamento ao observarem que a "[...] desigualdade instaura-se sobre as diferenças, quando estas são hierarquizadas, ou seja, quando a uma diferença é atribuída o valor de normal, ficando outras com o rótulo de anormais, desviantes, inferiores".

A partir disso, a pesquisa aqui descrita teve como foco a análise do quanto os professores da rede pública estadual de São Paulo sabem sobre o *bullying* do tipo LGBTfóbico no cenário escolar.

Para tal, aplicou-se um questionário anônimo quantitativo *on-line*, através de grupos em redes sociais onde havia participação expressiva de profissionais de Educação estadual, para compreender a receptividade destes profissionais acerca das diversidades sexuais, da LGBTfobia e, consequentemente, do público LGBT.

Um breve resgate histórico do movimento LGBT

As afetividades que se desviam da norma heterossexual definem-se como a atração emocional e/ou física por pessoas do mesmo sexo ou por mais de um gênero (FRY; MAcRAE, 1985; SILVA; MAGALHÃES, 2008).

Como todo comportamento entendido enquanto minoritário, este sentimento não-heterossexual também possui uma aversão, promovida pelo conservadorismo, que se originou desde a época do surgimento do Cristianismo (PEASE; PEASE, 2000) e, com o passar das eras, este distanciamento fomentou uma dicotomia entre o sexo e a afetividade que, por sua vez, atraiu a atenção, cada vez mais, de pesquisas e investigações por vários ramos da Ciência (LOURO, 1999), que provocam um pensamento mais crítico e desgarrado das normas sociais construídas durante a história sobre as diversas formas de expressão, atração, gênero e identidades (BRITZMAN, 1996; MOLINA, 2011).

Em um cenário com as instituições influentes fomentando o preconceito e boicotando os estudos sobre as sexualidades, estas pesquisas cresceram lenta e perifericamente devido a necessidade de compreender a psique do ser humano em relação ao sexo, seja ele físico ou apenas em sua atração afetiva (MOLINA, 2011).

> O estudo de gênero e sua compreensão surgem pela forma como a cultura expressa as diferenças entre homens e mulheres e de que modo a caracterização das diferenças inerentes ou aprendidas entre os sexos pode servir como ponto auxiliar para compreensão da exclusão das pessoas que vivem a experiência homoerótica como entes capazes de direitos e obrigações (OLIVEIRA, 2009, p. 161).

Preocupadas com este crescimento exponencial dos trabalhos sobre a diversidade, mesmo ciente de que este assunto só é um *tabu* devido ao preconceito propagado socialmente, já que a afetividade é intrínseca ao ser humano e independente da interferência cultural a ela direcionada (BRITZMAN, 1996), estas instituições

passaram também a articularem-se para escrever livros, publicações e disseminar boatos sensacionalistas que culminaram na concepção, perante Deus e o capital, tanto de normalidade quanto de superioridade da heterossexualidade (MOLINA, 2011).

Um exemplo destas ações estratégicas quase imperceptíveis executadas pelo clero foi a frequente (re)edição da Bíblia, modificando, principalmente, os versos onde a homossexualidade[1] ou a sodomia[2], bigamia e traição feminina eram entendidas como atos gravíssimos às divindades e que também foram seguidas, anos mais tarde, pelo protestantismo (HELMINIAK, 1998).

Com o passar dos anos, os LGBTs vão começar a se organizar de forma incipiente para se prevenir ou se proteger de discriminações, mas é apenas no fim da década de 1960 que o movimento se organiza oficialmente e se concede a abreviação GLBTT correspondendo aos Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (MOLINA, 2011), contudo, após o falecimento da artista Judy Garland no dia 22 de junho de 1969, conhecida por cantar a canção "*Over the Rainbow*" que difundiu o arco-íris, os gays que eram muito fãs da cantora, seguiram às ruas para prestar homenagens à ela em bares na *Greenwich Village* e *Stonewall* (BEZERRA *et al.*, 2013) nos dias seguintes, atos estes que resultaram em várias ações policiais sem razões efetivas e, como demonstração de descontentamento, aproximadamente 10 mil LGBTs de várias partes dos Estados Unidos manifestaram-se pelas ruas de Nova Iorque (FIGURA 1) por quatro noites seguidas e dataram 28 de junho, a partir de 1969, como o Dia Internacional do Orgulho LGBT (REIS, 2007).

Figura 1. Manifestação de LGBTs em Nova York



Fonte: Google Imagens

Já no Brasil, as décadas de 1960 a 1980 foram marcadas pela forte censura, político-militar em relação às expressões sexuais não-heterossexuais, em conjunto com a pandemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (*AIDS*), que devido aos boatos e falas sociais e governamentais foi considerada uma consequência da homossexualidade e chamada de o "câncer gay", se assumir um LGBT, naquele período, era uma forma de reafirmação e de crítica à política conservadora neoliberal (MENDES, 2010).

A partir desta época, o movimento ainda intitulado GLBTT ou GLS passa a contar, aos poucos, com a ajuda de parte da classe intelectual e artística por também contestarem a imposição de comportamentos apenas com base no sexo biológico e na cultura heterossexista.

Esta atuação exponencial dos LGBTs começou a ganhar voz dentro da política ao ponto que o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (FIGURA 2) participou, em 2008, de uma conferência pró-diversidade sendo o primeiro Presidente a dialogar com a classe LGBT brasileira (FACCHINI; FRANÇA, 2009).

[1] O termo "homossexualidade" foi usado pioneiramente por Karoly Maria Benkert, um médico da Hungria em 1869 (MOLINA, 2011), com o objetivo de diferenciá-la da heterossexualidade por motivos médicos-morais e depois disso a palavra foi empregada pelo médico alemão Kraft-Ebing para especificar as múltiplas identidades sexuais (WEEKS, 1999). No Brasil, o vocábulo teve sua utilização inicial em 1894 por Francisco José Viveiros de Castro, um professor de Criminologia da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e desembargador do Distrito Federal no livro 'Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual' (MOLINA, 2011, p. 953).

[2] Esta palavra de conotação pejorativa foi, e ainda é, usada para se referir aos LGBTs, principalmente os masculinos, devido a história contida na Bíblia cristã, a partir do capítulo 19 do livro de Gênesis, sobre a condenação de Sodoma e Gomorra que teriam sido destruídas por suspeitas, linguísticas nas traduções mais recentes das bíblias, de relações homossexuais masculinas, mas que na verdade, segundo as transcrições originais em latim e hebraico e com traduções contextualizadas-críticas e não apenas literais, o ocorrido aconteceu em não razão da homossexualidade, existente e comum desde muito antes de Cristo, mas pela ausência de hospitalidade, comportamentos importantes para o Messias cristão (HELMINIAK, 1998).

Figura 2. 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT em 2008



Fonte: Partido dos Trabalhadores (PT)

Mesmo com os poucos direitos igualitários conquistados nas últimas décadas, ainda é necessário entender as causas que resultam na LGBTfobia e, com isso, proporcionar um fomento à reflexão sobre este assunto no cenário social para, finalmente, cessar a violência direcionada aos indivíduos não-heterossexuais (APÓSTOLO; MOSCHETA; SOUZA, 2017) em um contexto global no qual, mesmo com os debates e luta por direitos, ser um LGBT ainda é crime em quase 70 países, além de uma temática pouco explorada no ambiente educacional.

A diversidade sexual no contexto escolar

A escola é, obviamente, um local de convívio social e fomento da aprendizagem, mas também é um espaço de enfrentamento social principalmente para os Gays[3], Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (LGBTs[4]), que é um grupo comumente visto como uma minoria social e, por isso, é apontado por vários levantamentos como o principal alvo de agressões, físicas ou verbais, na escola (MOTA; FRANCISCO, 2018).

As diversidades sexuais e suas dissidências ainda são assuntos complexos e difíceis de debater nas sociedades, principalmente nas ocidentais, em função da divisão sexual das funções sociais, realizada desde muito cedo, quando os meninos e meninas são direcionados(as) a realizações e expectativas distintas baseadas, unicamente, em seu sexo biológico (FRY; MACRAE, 1985).

Esta distinção é acometida, principalmente, pela crença de que sexos diferentes devem ocupar patamares diferentes nas sociedades e, caso isto não ocorra, como é o caso dos LGBTs que desafiam estes padrões socialmente impostos, estes indivíduos precisariam ser 'consertados' para que não exerçam práticas entendidas como inconvenientes ao que se prega ser consoante com o gênero com o qual nasceram e no qual deveriam basear suas ações privadas e públicas (FRY; MACRAE, 1985).

Estes atos em desacordo com o gênero deveriam, nesta tese biologicista e conservadora, ser examinados e tratados por profissionais de saúde mental, já que tais condutas eram vistas como uma doença, um distúrbio ou desvio de caráter.

Esse paradigma de medicalização só vai ser alterado em 17 de maio de 1990, quando a homossexualidade é retirada da Classificação Internacional de Doenças (CID) pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e, como resultado, muitos grupos e organizações pró-diversidade passaram a se organizar de forma um pouco mais livre, sem o estigma da patologização, como é o caso brasileiro que, em 31 de janeiro de 1995, cria a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT (PINHO; PULCINO, 2016).

Embora a partir da década de 1960, no cenário social e político, os movimentos sexuais passam a trabalhar de forma mais intensa na conquista de direitos igualitários, ou ao menos no debate da causa, a esfera escolar, com foco na brasileira, ainda vive uma situação complicada quando as sexualidades são pautadas como assunto de discussão, pois este tema, assim como seus similares e/ou variantes, ainda possuem como barreira o forte conservadorismo cristão. Isto ocorre devido aos resquícios morais e ideológicos fomentados pela Igreja Católica desde o seu início, que foram adotados, também, pelo protestantismo, e que entendem a heterossexualidade como única orientação sexual permitida.

Altmann (2013) lembra que a interseccionalidade entre a Educação e as Diversidades Sexuais é tratada como indigna, na argumentação de poder dos grupos dominantes, já que geralmente a relacionam apenas com a

[3] A homossexualidade, tanto a masculina quanto a feminina, é caracterizada pelas "[...] relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo." (FRY; MACRAE, p.07), da mesma forma que a bissexualidade pode se configurar como o sentimento de atração por todos os sexos e a transgeneridade pelo descontentamento – ou não – com o gênero com o qual nasceram.

[4] Embora exista variações desta sigla, optou-se por esta definição por ela ser mais antiga e, por isso, mais conhecida no meio científico-acadêmico.

Aids dos anos 80 e com a proliferação das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

> A inclusão de um tema transversal intitulado orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) concretiza esse movimento. Elaborados em 1996 com o objetivo de estabelecer uma referência curricular nacional, os PCNs apresentam a educação sexual como um tema transversal, nomeado de "orientação sexual", a ser trabalhado nas escolas brasileiras. De acordo com esta proposta, os temas transversais tematizam problemas fundamentais e urgentes da vida social, a orientação sexual sendo justificada pelo crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e pelo risco da contaminação através do HIV (ALTMANN, 2013, p.74).

Como resultados das incansáveis ações afirmativas dos movimentos sexuais ou pró-diversidade, na década de 1990 Porto Alegre (RS) inaugurou o pioneirismo ao promover programas de "Educação Sexual" junto à sua Secretaria Municipal de Educação (SMED) (NARDI, 2012).

Atualmente o cenário educacional brasileiro ainda encontra empecilhos em debater as sexualidades sem a intervenção constante e desinformada dos setores conservadores e religiosos por vários motivos, tanto do despreparado dos docentes, quanto no "[...] forte controle heteronormativo, estando a heteronormatividade presente em seus discursos, silêncios e práticas, faz-se necessário repensar a lógica e desvelar os mecanismos de exclusão presentes no cotidiano escolar." (PINHO; PULCINO, 2016, p.677).

A consequência notável da incapacidade do sistema escolar em abordar a igualdade e a diversidade se evidencia por meio dos altos índices de violência psicológica, agressão física e evasão em decorrência da LGBTfobia frequente e validada tanto por estas instituições que silenciam tais discriminações como também pelos profissionais deste setor que nem sempre possuem a formação adequada ou o interesse necessário para impedir estes graves problemas sociais.

Se mudar o olhar da esfera escolar fundamental ou média para o ensino universitário também é possível observar que os cursos de licenciatura das principais faculdades do país, por exemplo, em sua maioria não possuem uma disciplina específica para tratar as diferenças e discriminações, assim como a ausência crescente de materiais didáticos sobre o tema e docentes que sejam capazes de dialogar este assunto na esfera teórico-prática da futura carreira destes graduandos, não fomentando com complexidade a discussão sobre o sexismo e, assim, configurando o assunto como um *tabu* social cada vez maior (ALTMANN, 2013).

Um exemplo claro desta ausência do manuseio da diversidade sexual no ambiente de ensino, seja em qual nível ou esfera for, é o estudo de Garcia e Bizzo (2018) que, *in loco*, observaram o processo de construção dos Planos Municipais de Educação das sete cidades da região do ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) e, com isso, os autores perceberam que os tópicos voltados às ações antidiscriminação sexual provocaram contestações acaloradas e, por fim, a dissolução de qualquer tipo de abordagem ao assunto na sala de aula enquanto o novo plano estivesse em vigor.

Esse panorama não é diferente no ensino superior, privado ou público, nacional, já que poucos são os cursos de licenciaturas que se aventuram nesses diálogos e até mesmo programas de incentivo à docência, como a Residência Pedagógica, por exemplo, têm se mostrado pouco eficazes nessas temáticas (MOTA; SOUZA, 2021)

Independentemente do quão difícil for, a demanda sobre a diversidade sexual deve estar sempre em voga nos debates escolares, já que representa as várias formas com as quais o ser humano pode exercer sua identidade e afetividade em grupo ou individualmente, demonstrações estas que nem sempre estão obrigatoriamente ligadas ao ato sexual propriamente dito (CASS, 1984; COSTA, 1992; HEILBORN, 2004; GAGNON, 2006).

É importante que esta discussão sobre identidade e afetividade se faça presente nas

salas de aula (NARDI, 2012) porque este espaço é um dos principais locais onde as agressões e o *bullying* são mais frequentes, tanto pela impunidade quanto pelo desinteresse e desinformação dos profissionais envolvidos (ALTMANN, 2013), já que os LGBTs são socialmente considerados como uma minoria social e, por isso, encontram-se como o principal alvo deste tipo de intolerância (PINHO; PULCINO, 2016).

Assim como os levantamentos apontados na Introdução deste artigo, um outro estudo que fundamenta as argumentações da necessidade destes debates no ensino é uma pesquisa realizada pelo *American Journal of Public Health* que afirma que uma das principais consequências da LGBTfobia frequente no cenário escolar é a alta probabilidade de suicídio entre os LGBTs de 13 a 18 anos, tendo estes sete vezes mais chances de recorrer a esta medida fatal do que os héteros desta mesma faixa etária (MOTT, 2009).

Com as conjunturas elencadas neste capítulo, mesmo que nem todos estejam preparados ou interessados nas sexualidades e suas dissidências em decorrência do conservadorismo da esfera pedagógica brasileira (FERNANDES, 2008), é necessário sempre relembrar da importância de dialogar com as afetividades que compõem a identidade de cada indivíduo objetivando que os estudantes entendam com mais naturalidade as pluralidades que a humanidade pode demonstrar durante sua existência (RIBEIRO, 2008).

RESULTADOS

Percebendo a concisa história da Diversidade Sexual, dos movimentos LGBTs e de seu relacionamento complicado com o ambiente educativo, o pesquisador partiu para uma classificação empírica sobre como os docentes da rede estadual paulista percebiam o que é a LGBTfobia e como se dispunham sobre tal contexto.

O questionário foi exposto de forma *on-line*, autoaplicável e anônima em grupos virtuais visitados por catedráticos da rede estadual paulista. 70% dos educadores que lá se achavam eram das humanidades, 20% das exatas e 10% do campo das linguagens. Este fato foi atraente para entender a destreza que tinham em produzir escritos discursivos protegendo suas opiniões ou expondo seus enigmas.

Nos três meses que precederam a divulgação da pesquisa, estes grupos foram analisados para perceber sobre o que conversavam e quais atitudes exerciam em cada uma das contendas.

Aproximadamente 80% das publicações neste período eram de desabafo sobre o aborrecimento que sentiam acerca do governo eleito e das medidas educacionais adotadas ou escondidas pelo Ministério da Educação.

O questionário, arquitetado para compreender quem eram estes(as) professores(as) e quais suas atitudes e conhecimentos sobre o debate das Diversidades e Sexualidades em seu lugar de trabalho, foi exposto em dois grupos no *Facebook*[5]. Cada grupo tinha, em média, 300 componentes dos quais 68% eram mulheres.

No primeiro, existiu um total de 80 retornos de indivíduos entre 18 e 52 anos nos quais 47,50% (38) se afirmaram Homens Cisgênero, 46,25% (37) Mulheres Cisgênero, 5% (4) outras configurações de gênero e 1,25% (1) como uma mulher trans. Nessas 80 respostas, 58,75% (47) asseguraram ser heterossexuais, 18,75% (15) gays, 10% (8) bissexuais, 6,25% (5) Pansexuais, 2,50% (2) outra orientação sexual e 1,25% (1) foi a quantidade que disse ser lésbica, assexual ou intersexual.

O segundo grupo do *Facebook* em que o questionário foi publicado teve um total de 86 participantes nos quais 58,1% (50) eram mulheres Cisgênero e 27,9% (24) homens Cisgênero, 12,8% (11) que se afirmaram com outros desenhos de gênero e 1,2% (1) mulher trans.

A faixa etária de quem respondeu contou com docentes de 18 a 69 anos e que têm mais de uma graduação completa (39,5%) e uma pós-graduação *lato sensu* (46,5%). Neste segundo grupo, 66,3% são das matérias de humanidades, 15,3% das sociais, 10,5% das biológicas e 8,1% das exatas.

Com a intenção de entender profundamente o que os respondentes de ambos os grupos sabem sobre as sexualidades e as diversidades, foram feitas algumas perguntas teóricas e empíricas.

Os próximos dados são as porcentagens das 166 respostas dos voluntários dos dois grupos onde o questionário foi divulgado.

No contexto do *bullying* para os respondentes, de ambos os grupos, 72,5%

[5] O Facebook é uma rede social norte-americana fundada por Mark Zuckerberg em 2004 e uma das mais populares do mundo, principalmente entre as pessoas com mais de 30 anos.

declaram já terem sido alvo deste caractere de ameaça e 27,5% juraram que jamais passaram por esta circunstância.

Ao serem interrogados sobre, no julgamento deles, qual grupo social era ou é o principal alvo desta violência 43,75% proferiram que são os LGBTs, acompanhados pelos gordos (33,75%), negros (13,75%), portadores de deficiência (6,25%) e mulheres (2,5%), porém quando foram averiguados diretamente, 69,8% creem que os LGBTs são, sim, as principais vítimas de preconceito dentro das instituições de educação do Brasil.

Na apreciação sobre os motivos de tal cenário discriminatório, na visão destes profissionais de educação, os LGBTs são os mais acometidos de agressões em consequência do preconceito (56,41%), da intolerância (23,08%), do machismo (10,26%) e dos temas religiosos (10,26%).

Para eles, a escola não está organizada para trabalhar com o *bullying* (90%) e nem com a LGBTfobia (92,5%). No campo social, ou seja, fora dos muros escolares, 86,25% pensa que o Brasil ainda não consegue explorar este contexto de *bullying* e quando o assunto é propriamente a LGBTfobia, este algarismo ascende para 88,75%.

Dirigindo para entender sobre sua concepção teórica, os voluntários foram perguntados sobre seu momento de faculdade e 70,18% asseguraram jamais ter tido qualquer aula ou teoria sobre este extremismo, 29,82% tiveram e os outros 23% escolheram não opinar.

Os respondentes afirmaram que não tiveram qualquer aula sobre *bullying* na faculdade (44,2%), mas que já aventaram o assunto em alguma ocasião na escola (61,6%). Por fim, 52,3% refletem que os LGBTs são os principais alvejados com ameaças na sala de aula.

DISCUSSÃO

Conforme pode-se observar por meio das informações adquiridas nos questionários, a amostra de professores estaduais de São Paulo entrevistada virtualmente se mostrou pouco conhecedora sobre as sexualidades e as diversidades que ela possui, isso decorre da falta de formação apropriada que receberam no ensino superior.

Outro ponto importante é a experiência que estes profissionais afirmaram, já que mesmo sem um saber aprofundado sobre a questão, a maior parte já encontrou cenas de discriminação dentro das escolas e, por isso, tiveram, em muitos casos, de intervir em um tema que possuíam pouco domínio.

As políticas educacionais, embora existentes na esfera federal, não são do conhecimento dos entrevistados, tanto por não terem questionado, quanto por também não terem sido informados de tais regulamentações, o que evidencia um outro fator catalisador da intolerância nos ambientes de ensino: o desinteresse.

Se faz necessária uma análise sobre o interesse destes educadores pela discussão, já que alguns alegaram, nas questões abertas e não obrigatórias do levantamento, pouca disposição em investigar as sexualidades, muito menos no âmbito pedagógico.

A receptividade dos pais é a principal preocupação destes professores, já que foi unânime a visão de que trabalhar temáticas como as sexualidades, as diversidades, os Direitos Igualitários e os LGBTs se tornariam um problema institucional por ser algo inaceitável aos responsáveis pelos estudantes estaduais paulistas.

Com estes dados, é possível deduzir que, neste público predominantemente feminino e de meia idade, cenário característico da Educação brasileira, as diversidades sexuais ainda se mostram como um campo delicado e pouco explorado, mesmo que o *bullying* e a LGBTfobia se façam presente constantemente na escola.

Esta dificuldade se justifica, aparentemente, pela ausência destes debates durante a formação superior desses profissionais, uma vez que até mesmo as instituições públicas ainda sucumbem ao conservadorismo cristão da esfera pedagógica nacional (MOTA; COIMBRA, 2021; MOTA, SOUZA, 2021).

CONCLUSÃO

A escola se apresenta como um espelho da coletividade onde está localizada, assim, as intimidações também se estendem além dos limites de seus muros e acontecem dentro destas unidades de ensino.

Com isso, é imperativo que o professorado consiga, ao menos, perceber a distinção entre o que a Ciência articula sobre as sexualidades e suas diferenças e o que o senso comum ou a religião predominante cravam tão profundamente.

Compreender que as sexualidades são intrínsecas ao ser humano, que têm configurações e momentos díspares de aparição

independentemente do anseio ou concepção que a criança ou jovem recebeu, é de extraordinária importância para a esfera educacional, porque é esta ciência que, em uma primeira ocasião, demarcará a competência ou empenho de ação do docente frente aos constantes acontecimentos de extremismo que a escola brasileira apresenta.

Esta violência predominante na escola, também chamada de *bullying*, seja de qual estilo for, é, de contorno mais direto e cortante, a pura mostra destas diversas formas de preconceito e discriminação que a sociedade brasileira transmite frequentemente aos jovens e que estes ecoarão estas experiências como maneira de reafirmação de uma determinada superioridade frente a um colega que possua alguma característica de que eles tanto detestam.

Tendo isto em mente, com apoio da estrutura teórica que este trabalho trouxe, e nos resultados dos levantamentos aplicados com os docentes da rede estadual do Oeste Paulista, é plausível concluir que, infelizmente, poucos tiveram formação apropriada ou ínfima para discutir o *bullying* de estilo LGBTfóbico na atmosfera escolar.

A discrepância na educação superior e o sucateamento das instituições públicas, por exemplo, demonstram o escasso ou quase nenhum contato que estes educadores tiveram, em sua construção profissional, com os assuntos atravessadores das Diversidades e Sexualidades.

A insuficiente desenvoltura com os assuntos e a visão de que os LGBTs são os principais alvos de chateação na sala de aula, às vezes sem qualquer auxílio da própria escola, tornam evidente a percepção do preconceito estrutural que a coletividade brasileira tem com as 'minorias' e a obrigação, que nossa tradição excita, da discriminação quanto feitio de reafirmar as camadas ou condutas dominantes.

Além do precário arranjo nos cursos superiores e da elevada porcentagem de intolerância nos espaços de ensino, o nervosismo com o julgamento dos progenitores ou da sociedade foi outro fator acentuado que os voluntários demonstraram na anotação dissertativa que tiveram a chance de edificar.

Como todos estes assuntos destacados, o atual trabalho, que objetivava uma nitidez inicial quanto ao saber e a experiência destes profissionais de ensino sobre a LGBTfobia, ainda conclui sobre a importância de as escolas promoverem debates e aulas de Educação Sexual para fomentar uma leitura crítica dos estudantes sobre a sexualização conservadora da sociedade brasileira, assim como propagar liberdade e respeito às diferenças.

Outro ponto muito importante é a urgente necessidade das instituições de educação superior terem, em seu programa ou grade curricular, ocasiões ou disciplinas que debatam os preconceitos, o *bullying* e o extremismo de maneira clara e fundamental, para não somente dar uma educação mais apropriada e de qualidade, mas também de permitir cada vez mais o aparecimento de contestações e atos em prol da diferença e de assuntos transversais que tragam como principal motivação a conscientização e a proliferação do respeito e igualdade entre todos, independentemente do gênero, da orientação sexual, da forma corporal, da aptidão, da origem, do credo ou de alguma outra propriedade que atualmente transforma crianças e jovens em alvos corriqueiros de discriminação e ódio gratuitos.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 13, abr. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sess/n13/n13a04.pdf. Acesso em: 21 nov. 2020. https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000100004

APÓSTOLO, M. V. A.; MOSCHETA, M. S.; SOUZA, L. V. Discursos e posicionamentos em um encontro de diálogo sobre violência a LGBTs. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 28, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pusp/v28n2/1678-5177-pusp-28-02-00266.pdf. Acesso em: 28 maio. 2020. https://doi.org/10.1590/0103-656420150064

BEZERRA, A. R.; PEREIRA; A. D.; MAIA, L. P.; MATIAS, L. A.; SILVA, L. B. Movimento LGBT: breve contexto histórico e o movimento na região do Cariri. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, Juazeiro do Norte, v. 1, n.3, set. 2013. Disponível em: https://interfaces.leaosampaio.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/29/pdf. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRITZMAN, D. O que é esta coisa chamada Amor: Identidade homossexual, educação e currículo. **Revista Educação e Realidade**, v. 21, p. 71- 96, jan./jun., 1996.

CASS, V. C. Homosexual identity: a concept in need of definition. **Journal of Homosexuality**, New York, n. 9, p.105-126, 1984. https://doi.org/10.1300/J082v09n02_07

COSTA, J. F. **A inocência e o vício:** estudos sobre o homoerotismo. 3.ed. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, 1992.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 3, 2009. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/2933/293322974004.pdf. Acesso em: 02 jul. 2020.

FANTE, C. **Fenômeno *Bullying*:** como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. ed. Campinas: Verus, 2005.

FERNANDES, F. B. M. Precisamos discutir as homossexualidades na escola?. *In:* RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, F. F. da; MAGALHÃES; J. C.; QUADRADO, R. P (orgs.). **Educação e Sexualidade**: identidades, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, preconceitos, homofobia... Rio Grande: FURG, 2008, p. 152-157.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GAGNON, J. H. **Uma interpretação do desejo:** ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GARCIA, P. S.; BIZZO, N. O Processo de Elaboração dos Planos Municipais de Educação na Região do Grande ABC. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.43, n.1, jan./mar. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/edreal/v43n1/2175-6236-edreal-68702.pdf. Acesso em: 21 abr. 2020. https://doi.org/10.1590/2175-623668702

HEILBORN, M. L. (org.). **Dois é par:** gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HELMINIAK, D. A. **O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade**. São Paulo: Summus, 1998.

LIMA, V. Estudantes LGBT se sentem inseguros nas escolas, aponta pesquisa. **Agência Câmara Notícias**, Brasília, 18 out. 2017. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/546799-ESTUDANTES-LGBT-SE-SENTEM-INSEGUROS-NAS-ESCOLAS,-APONTA-PESQUISA.html. Acesso em: 21 jun. 2020.

LOURO, G. L. (org.). **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANSUR, C. Estudo da USP aponta que mais de 70% dos homens homossexuais já sofreram humilhações. **Uai – O portal dos mineiros**, 19 maio 2014. Disponível em: https://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2014/05/19/noticias-saude,192407/estudo-da-usp-aponta-que-mais-de-70-dos-homens-homossexuais-ja-sofrer.shtml. Acesso em: 21 jun. 2019.

MENDES, L. **A história do movimento homossexual brasileiro**, 2010. Disponível em: https://lgbtt.blogspot.com/search?q=A+hist%C3%B3ria+do+movimento+homossexual+brasileiro. Acesso em: 20 abr. 2020.

MOLINA, L. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Antíteses**, Londrina, v. 4, n. 8, jul./dez., 2011. https://doi.org/10.5433/1984-3356.2011v4n8p949

MOTA, G. B.; COIMBRA, R. M. Uma reflexão sobre as diversidades sexuais no cenário escolar. *In:* OLIVEIRA, I. de M.; GUEBERT, M. C. C.; TIMÓTEO, W. (org.). **Educação e Direitos Humanos: diálogos interdisciplinares:** Educação, Saberes e Interculturalidade. Curitiba: Bagai, 2021, p. 463-480.

MOTA, G. B.; FRANCISCO, M. V. ***Bullying* e LGBTfobia:** um balanço da produção de artigos científicos no contexto escolar brasileiro. 2018. Monografia (Especialização em Docência e Gestão na Educação Superior) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2018.

MOTA, G. B.; SOUZA, L. L. de. A diversidade sexual como debate na Residência Pedagógica: um relato de pesquisa sobre a discussão da LGBTfobia na formação de futuros professores de uma universidade pública paulista. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 23, n.3, set./dez. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/35003. Acesso em: 15 out. 2021;

MOTT, L. O jovem homossexual: noções básicas para adolescentes, jovens gays, lésbicas, transgêneros e seus familiares. *In:* FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.). **Educação sexual**: em busca de mudanças. Londrina: UEL, 2009, p.17-33. https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v17n1p33-38

NARDI, H. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 11, ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sess/n11/a04n11.pdf. Acesso em: 21 jun. 2020. https://doi.org/10.1590/S1984-64872012000500004

OLIVEIRA, R. M. Fronteiras Invisíveis: Gêneros, Questões identitárias e Relações entre movimento homossexual e Estado no Brasil. **Revista Bagoas**, n. 4, p. 160-172, 2009.

PEASE, A.; PEASE, B. **Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?**: Uma visão científica (e bem-humorada) de nossas diferenças. 13. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

PREITE SOBRINHO, W. Brasil registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório. **UOL** 20 fev. 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.htm. Acesso em: 18 jul. 2019.

PINHO, R.; PULCINO, R. Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTT. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, jul./set. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ep/v42n3/1517-9702-ep-S1517-97022016148298.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019. https://doi.org/10.1590/S1517-97022016148298

REIS, T. O movimento homossexual. *In:* FIGUEIRO, M. N. D. (org.). **Homossexualidade e educação sexual**: construindo o respeito à diversidade. Londrina: EdUEL, 2007. p. 101-102.

RIBEIRO, P. R. C. (Re)Pensando outras possibilidades de discutir a sexualidade na escola. *In:* RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, F. F. da; MAGALHÃES; J. C.; QUADRADO, R. P (orgs.). **Educação e Sexualidade:** Identidades, Famílias, Diversidade Sexual, Prazeres, Desejos, Preconceitos, Homofobia...Rio Grande: FURG, 2008, p. 125-130.

RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, F. F. da; MAGALHÃES; J. C.; QUADRADO, R. P (orgs.). **Educação e Sexualidade**: identidades, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, preconceitos, homofobia... Rio Grande: FURG, 2008.

VIANNA, C. P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 41, n.3, jul./set. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-1517-97022015031914.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019. https://doi.org/10.1590/s1517-97022015031914

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. *In:* LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado:** Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.